

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

O DESCONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS NO BRASIL

Francisco Benedito da Costa Barbosa

Sócio Presidente – IPADES

“A liberdade econômica é uma condição essencial para a liberdade política”

Milton Friedman

Prêmio Nobel de Economia de 1976

O Brasil teve a década de 1980 como a década “perdida” no plano econômico entrando na seguinte com uma hiperinflação que só foi debelada pela engenhosidade do Plano Real, em 1994. Controlada a inflação o país iniciou um processo de modernização pautado na redemocratização ocorrida em 1985, na abertura de mercado, no fortalecimento e na independência das instituições.

Para conter as crises fiscal e cambial do ano de 1999, foi estabelecido o famoso tripé macroeconômico, alinhando-se à ortodoxia de política econômica em âmbito global. Esse tripé macroeconômico compõe-se do sistema de metas de inflação, do câmbio flutuante e da perseguição da austeridade fiscal. Acrescentem-se o importante reforço ao arcabouço institucional vindos da Lei de Responsabilidade Fiscal e do fortalecimento das agências reguladoras.

Surgia um horizonte de esperança para a população indicando que o país postulava sua entrada no “clube” das nações desenvolvidas. Corroborando essa expectativa milhões de brasileiros ascendiam como classe social. O Partido dos Trabalhadores chega democraticamente ao poder, em 2002. A equação para o desenvolvimento estava com as variáveis estabelecidas. Nem tanto! A história não é linear.

Acontecimentos políticos internos – o suborno de parlamentares para votarem com o governo conhecido popularmente como mensalão, descoberto em 2005 – e a crise de 2008, com início nas hipotecas de alto risco dos EUA, cujo ápice é marcado pela quebra do banco Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008 influenciariam na mudança da direção do desenvolvimento que o país vinha seguindo.

A mudança de rumo nas políticas que vinham promovendo o desenvolvimento teve duas vertentes: uma política e outra econômica. A primeira demonstraria que a coligação política que ascendeu ao poder em 2002 usaria dos mais “sofisticados” métodos para se manter nele, de modo a não possibilitar a salutar e imprescindível regra democrática da alternância do poder entre partidos políticos.

Na vertente econômica, sob o pretexto de proteger o país da crise financeira internacional de 2008 o governo passou a adotar outra política econômica conhecida no mercado e no meio acadêmico como “**Nova Matriz Econômica**”. A política econômica passou a priorizar o mercado interno apoiando-se na mobilidade social que se tornou mais abrangente a partir da reestruturação econômica com e após o Plano Real, em 1994. Na seleção de empresas a serem beneficiadas com benefícios fiscais e empréstimos subsidiados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na maquiagem contábil nas contas governamentais, na queda voluntariosa da taxa de juros, na contenção dos preços administrados pelo governo – combustíveis e energia elétrica.

Para a aplicação dessa política econômica seus formuladores “esqueceram” que a obstinação da política monetária ortodoxa num regime de metas é controlar a inflação. Não se deve nem se pode partir da visão ideológica de que a taxa de juros precisa ser baixa. O juro básico será aquele condizente com o controle da inflação – simples e direto sem ideologia. Feriu-se, portanto, a primeira perna do tripé macroeconômico clássico, atrelada ao sistema de metas de inflação.

Ressalte-se que ao buscar uma taxa de câmbio competitiva, o governo revela, de maneira implícita, a existência de uma meta para a relação entre dólar e real. Mais ainda, seja competitivo ou apreciado o câmbio, de 2009 em diante passou a ser administrado conforme as intenções momentâneas do Banco Central, em conflito com a ideia inicial de que a taxa de juro seria determinada pelas condições de mercado. Ao agir dessa maneira é cortada a segunda perna do tripé original, aquela do câmbio flutuante.

Em relação à terceira perna do tripé macroeconômico o governo negligenciou a austeridade fiscal, assim como foram descumpridas sistematicamente as metas de superávit primário – o quanto o governo economiza sem considerar os gastos com juros. A política fiscal irresponsável é, possivelmente, a principal causa da estagflação brasileira, isto porque, como bem caracterizou o prêmio Nobel de Economia de 2011 Thomas Sargent: “*a inflação é um fenômeno fiscal*”.

Por definição, a inflação é o aumento generalizado dos preços. Isso só pode acontecer de maneira sistemática se a demanda agregada cresce em ritmo superior a oferta. Observa-se sistematicamente isso: o governo com leniência dos gastos empurra para cima a demanda agregada sem que a oferta acompanhe, simplesmente porque o setor privado é expulso pela presença do estado Leviatã, naquilo que, em linguagem técnica, chama-se efeito *crowding-out*, ou seja, o governo ocupa cada vez mais o espaço econômico.

Finalmente, para fingir algum equilíbrio das contas públicas, o governo passou a adotar a **contabilidade criativa**, denominadas pelo mercado e pela imprensa de pedaladas fiscais. Na contabilidade criativa atrasam-se pagamentos e repasses do setor público, estabelecem-se negociações triangulares entre as diversas organizações estatais e cobram-se gordos dividendos de empresas de economia mista, mesmo sem que seus respectivos balanços patrimoniais permitam. Burlou-se a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para devolver o orçamento ao equilíbrio – leia-se ajuste fiscal – e compensar o ímpeto de ganância do presente, o remédio é aumentar a taxa de poupança – menos consumo – e/ou aumentar impostos. É a atual situação do Brasil em 2015. Mas parece que o governo prefere a segunda opção, mesmo com uma taxa de endividamento acima de 60% do PIB.

Estudo da Câmara de Comércio Mundial (ICC em inglês) aponta o Brasil como a economia mais fechada no *ranking* dos países do grupo das 20 maiores economias, o G20. A guinada do governo em aumentar a presença do estado na economia, a partir de 2008 mostra seus terríveis efeitos em 2015, quando ficou evidenciado o descontrole das contas públicas.

O Brasil do Plano Real que indicava se dirigir para um desenvolvimento sustentado, sofre uma grande recaída que começa a lembrar do país antes da estabilização econômica: aumento da inflação, aumento dos juros, desvalorização da

moeda – o Real- as contas do governo não fecham, pois a despesa cresce mais que a receita, ou seja, a hora da verdade chegou, o “almoço” do governo tem que ser pago pelo povo.

Foram destruídas, uma a uma, as três pontas do tripé macroeconômico. Assim, a partir da implantação do Plano Real, nasce um novo Brasil, cuja maturidade é atingida em 1999. Esse mesmo país, porém, começa a morrer por meio da nova matriz econômica.

O crescimento econômico do governo Dilma é o menor desde a o governo Collor, e a inflação foge ao controle, já ultrapassou em taxa anualizada aproximadamente 10%, na metade do ano de 2015. O país está caminhando para retornar a condições anteriores a 1994. E agora com déficit orçamentário explícito de 30 bilhões de reais.

O quadro de déficit nas contas públicas, inflação, recessão e incerteza política levou a agência internacional de classificação de risco Standard & Poor's (S&P), em 09 de setembro de 2015, retirar do Brasil o grau de investimento – um selo de bom pagador que dá confiança aos investidores para aplicarem o dinheiro em um país. A agência rebaixou o *rating* do Brasil de BBB- para BB+ e manteve a perspectiva de negativa da nota. O país, porém, ainda mantém a nota de grau de investimento das agências Fitch e Moody's.

A perda ocorre sete anos após a S&P ter colocado, pela primeira vez, o Brasil no seletor grupo de países com a nota de grau de investimento, depois de um trabalho de mais de uma década para o país conseguir esse feito, devido entre outros aspectos, pela moratória da dívida externa, ocorrida na década de 1980.

Segundo previsões de analistas econômicos não vinculados ao governo, o Brasil não terá crescimento em 2015 e 2016, a partir de 2017, caso a racionalidade na política econômica se estabeleça, o país iniciará um pífio ciclo de crescimento econômico. Considerando-se que as demandas sociais, as de infraestrutura e as de logística continuarão crescendo ter-se-á ao final desta década uma repetição dos anos de 1980, ou seja, o país corre um sério risco de ter uma nova década “perdida” no seu processo de desenvolvimento.

Para começar a mudar esse quadro recessivo é primordial vencer os sérios obstáculos políticos e ideológicos vigentes na política brasileira. Ultrapassando-os, o país caminhará a uma retomada em seu desenvolvimento, desde que algumas

condições imprescindíveis sejam atendidas: realizar o ajuste fiscal; manutenção da taxa de juros flutuante; metas de inflação; autonomia do Banco Central; aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal; fortalecimento e atuação das agências reguladoras; reduzir ao necessário a presença do estado na economia; reduzir a burocracia; diminuir a carga tributária; melhorar e muito a gestão pública; estabelecer diálogo permanente das instituições com a sociedade.

O Brasil não pode entrar na terceira década do século XXI com um sistema político ultrapassado, ou seja, aquele que se estabelece na ideologia ou no populismo, quiçá nestas duas vertentes. O desenvolvimento sustentado e sustentável só acontecerá se a racionalidade passar a ser a tônica do novo sistema político, e para tanto a sociedade tem também que se politizar e cobrar.